

TITULO: A relação da imigração venezuelana com os crimes de competência estadual na cidade fronteiriça de Pacaraima/RR, no período de 2016 a 2018.

CANDIDATO: Alberto Correia de Oliveira Filho¹.

E-MAIL: betocof@hotmail.com

LINHA DE PESQUISA: Políticas de Segurança Pública e Administração institucional de conflitos.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa visa a compreensão do fenômeno migratório de venezuelanos para o território brasileiro, por meio da cidade fronteiriça de Pacaraima, no Estado de Roraima, no período de 2016 a 2018, e sua relação com índices de crimes de competência da justiça estadual ocorridos naquele município, praticados por venezuelanos, fato gerador de graves conflitos sociais locais entre brasileiros e imigrantes. Assim, busco identificar a política pública de segurança adotada pelo Estado de Roraima, no período delimitado, e suas relações com os conflitos gerados, de forma a oferecer um direcionamento para ações institucionais e políticas públicas de segurança no âmbito estadual, voltados ao resgate da sensação de segurança dos moradores no referido município. Assim, justifica-se a pesquisa quanto à existência e efetividade de políticas de segurança pública voltadas aos aspectos socialmente experimentados pela comunidade local.

Palavras-Chave: Crise migratória. Política Pública de Segurança. Conflitos em Pacaraima/RR.

TEMA

Os conflitos resultantes da imigração em massa de venezuelanos para o Brasil, dentre outros países fronteiriços, diante da pública e notória crise política e social instalada na Venezuela, ganham cada vez mais destaque como tema atual e relevante no âmbito jurídico e social, com repercussões tanto internas quanto internacional, tendo o governo federal brasileiro adotado até o momento, como política pública, o acolhimento humanitário dos milhares de venezuelanos que cruzam a fronteira seca que separa as cidades fronteiriças de Pacaraima, município do Estado de Roraima, no extremo norte do Brasil, e Santa Helena do Uairén, capital do município de Gran Sabana, na Venezuela. Para entender melhor a posição geográfica do município de Pacaraima e as consequências que essa localização apresenta no contexto migratório, necessário observar no mapa a seguir:

¹ Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Roraima (UERR), Delegado de Polícia Civil, Especialista em Direito Público e Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.



Fonte: GEONAUTA. Imigração Venezuelana para o Brasil. 2018.

Com observado acima, devido ao fácil acesso terrestre que liga o Brasil e a Venezuela, por meio da BR 174, a cidade de Pacaraima foi a primeira a sentir os impactos sociais e nos serviços públicos com as crescente da imigração de venezuelanos, agravada nos ano de 2016 a 2018, em especial no tocante a segurança pública local, fato já reconhecido pelo governo brasileiro por meio do primeiro Relatório Trimestral do Comitê de Assistência Emergencial, vinculado a Casa Civil da Presidência da República, datado de maio de 2018, que já contextualizava o tema afirmando:

Com a intensificação da crise econômica na Venezuela, que tem levado à escassez de gêneros alimentícios e desabastecimento de produtos básicos no país, centenas de venezuelanos passaram a cruzar a fronteira brasileira, em busca de alimentos, atendimento em saúde, produtos de subsistência e oportunidades de trabalho. Esse fluxo começou a aumentar a partir de 2016, e trouxe grandes impactos para os serviços públicos do estado de Roraima, principalmente nas cidades de **Pacaraima** e Boa Vista, e posteriormente em Manaus, Santarém e Belém. O maior número de imigrantes ampliou a demanda local por assistência social, saúde e **segurança**, alterando a rotina das cidades e de suas populações (Primeiro Relatório Trimestral: Comitê Federal de Assistência Emergencial, 2018, p. 03, grifo nosso)

No mesmo relatório consta ainda que “A atuação do Governo Federal relativa ao fluxo migratório venezuelano está organizada em três eixos principais, definidos pelo Presidente da República: a) ordenamento da fronteira; b) acolhida dos imigrantes e c) interiorização.” (Primeiro Relatório Trimestral: Comitê Federal de Assistência Emergencial, 2018, p. 05). Contudo, essas medidas não foram suficientes para evitar que o município de Pacaraima e seus moradores fossem um dos mais atingidos pela crise no tocante ao crescente número de crimes, parte deles praticados por venezuelanos, fato que gerou conflitos sociais graves entre imigrantes e brasileiros e aumentou gravemente a sensação de insegurança pública local.

Para contextualizarmos melhor o tema, imprescindível esclarecer que o município de Pacaraima, Estado de Roraima, e está situado há pouco mais de 200 quilômetro da capital Boa Vista, e ainda tem como peculiaridade estar cravado na Área Indígena demarcada Raposa Serra do Sol, tendo a cidade sido criada “sobre núcleos habitacionais formados inicialmente por não índios, justamente em torno de atividades exploratórias por eles iniciadas irregularmente dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol” (SILVEIRA, 2009, p. 85). Esse isolamento físico do município faz com que alguns imigrantes venezuelanos se fixem na cidade fronteiriça como alternativa ao deslocamento à Capital. Outros imigrantes optam por fazer esse percurso até a capital Boa Vista/RR, não havendo outras cidades desenvolvidas durante o trajeto e localizadas às margens da rodovia federal.

Apresentando a cronologia dos problemas vivenciados em Pacaraima/RR, trazendo uma sequência de fatos que contextualizam o tema, a rede de notícias BBC BRASIL², destacou que no segundo semestre de 2016 já era comum venezuelanos buscarem por comida e remédios no município de Pacaraima, o que gerou uma crise de abastecimento na cidade. No mesmo ano, o governo estadual decretou emergência na saúde pública de Boa Vista, capital de Roraima, e também em Pacaraima, tendo no ano seguinte decretado estado de emergência social em todo o estado.

Apenas em novembro 2017, a prefeitura de Pacaraima, com apoio de Organizações Não Governamentais (ONG's) abriu o primeiro abrigo para refugiados. Em fevereiro de 2018 o governo federal reforçou o quadro do Exército e da Polícia Federal, para reforço na segurança e assistência na fronteira. Nesse mesmo ano, a então governadora de Roraima, Suely Campos, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação pedindo o fechamento cautelar da fronteira, liminar que foi negada pela justiça.

Em julho de 2018 moradores de Pacaraima bloquearam a BR 174 e fizeram protestos contra o intenso fluxo de imigrantes durante visita do então ministro da justiça Torquato Jardim. No mês seguinte, em agosto, após um roubo praticado por venezuelanos contra um comerciante brasileiro, que foi espancado durante a ação criminosa, vários brasileiros moradores de Pacaraima se insurgiram contra os imigrantes venezuelanos que viviam nas ruas da cidade, ateando fogo em seus pertences, o os obrigou muitos venezuelanos a fugir, cruzando a fronteira de volta à Venezuela.

² BBC BRASIL: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acesso em 29 se. t. 2018

Diante da evidência desses conflitos sociais, necessário estudá-los e sua relação com a política de segurança pública adotada pelo governo de Roraima, em especial na cidade de Pacaraima, além de sua consequência com relação ao índice de crimes de competência da justiça estadual, praticados por venezuelanos no referido município, tendo a pesquisa o objetivo de subsidiar políticas públicas mais adequadas ao restabelecimento da segurança na cidade de Pacaraima.

PROBLEMA DE PESQUISA

Desde logo, necessário estabelecer a delimitação do projeto quanto aos crimes de competência da justiça estadual, pois são eles o que efetivamente atingem de forma direta e imediata o modo de vida da população da cidade fronteira Pacaraima/RR, excluindo-se dessa análise, por consequência os crimes tipicamente de fronteira, como o tráfico internacional, contrabando e descaminho, além de outros de competência da justiça federal.

Por conta disso, o foco da pesquisa será dado na política de segurança pública e de que forma o Estado de Roraima atuou com relação aos crimes e conflitos sociais decorrentes da imigração venezuelana na cidade de Pacaraima, nos anos de 2016 a 2018, e quais as alternativas de políticas públicas que possam ser adotadas para restabelecer o controle da criminalidade no referido município.

A partir daí surge o problema central do projeto: Quais as políticas públicas de segurança do governo de Roraima, nos anos de 2016 a 2018, e suas consequências com relação ao índice de crimes de competência estadual, praticados por venezuelanos na cidade de Pacaraima/RR, localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela, e quais os conflitos sociais locais delas resultantes?

RELEVÂNCIA

O município de Pacaraima, em Roraima, ganhou atenção jornalística internacional com a imigração em massa de venezuelanos para o Brasil, mas há grande carência de trabalhos científicos voltados às consequências desse fenômeno com relação a segurança pública na cidade de Pacaraima, fronteira entre Brasil e Venezuela. A grande tensão gerada entre a comunidade brasileira que reside em Pacaraima e os imigrantes venezuelanos, com episódios de conflitos violentos, como já relatado, não apenas justifica como também torna

imprescindível a o estudo e proposição de alternativas de políticas públicas para minorar a grave crise de insegurança vivenciada pelos moradores do município.

VIABILIDADE

Vislumbro a viabilidade na identificação das políticas de segurança pública adotadas pelo governo de Roraima, no período de 2016 a 2018, por meio da análise das ações judiciais propostas pela Procuradoria Geral do Estado de Roraima, buscando o fechamento da fronteira na cidade de Pacaraima e também a liberação de recursos por parte governo federal para auxílio nas despesas crescentes ante ao aumento da demanda dos serviços públicos custeados pelo Estado.

Outra fonte documental importante da pesquisa são as publicações nos diários oficiais do Estado de Roraima, com relação ao aparelhamento das forças de segurança estaduais no município de Pacaraima, no período supracitado. Também será necessário uma análise sociológica, com pesquisa de campo, sobre quais foram os impactos concretos dessas políticas no cotidiano de segurança pública dos moradores do município.

Além disso, o fato de exercer a atividade de Delegado de Polícia Civil em Roraima desde o ano de 2004, possibilita o acesso a dados sobre crimes praticados por venezuelanos, registrados na delegacia de polícia do município, também a análise das estatísticas oficiais de crimes no município de Pacaraima/RR, no período de 2016 a 2018, além de eventuais entrevistas com profissionais ligados a política, segurança pública, justiça e a comunidade local, que vivenciaram o agravamento dos conflitos sociais no local como reflexo da política de segurança pública estadual.

Soma-se a isso a experiência obtida no desenvolvido as atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à Universidade Estadual de Roraima, como professor efetivo no curso de direito, e principalmente o fato do presente programa de doutorado dispor como linha de pesquisa denominada “Políticas de Segurança Pública e administração institucional de conflitos”, com orientação de professores pesquisadores experimentados e com trabalhos desenvolvidos na área de segurança pública e fronteiras, fato que motivou a presente submissão do projeto a este programa.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender a abrangência e eficácia das políticas públicas de segurança adotada pelo Estado de Roraima, no Município de Pacaraima, nos anos de 2016 a 2018, e os conflitos sociais delas resultantes, com foco nos índices de crimes da competência da justiça estadual, praticados por venezuelanos.

Objetivos Específicos

- Descrever as políticas públicas estaduais de segurança adotadas pelas instituições governamentais com relação a imigração em massa de venezuelanos para a cidade de Pacaraima/RR e os conflitos sociais gerados na comunidade, no período de 2016 a 2018.
- Examinar os índices de crimes de competência da justiça estadual, registrados pela Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima/RR, cuja autoria seja imputada a venezuelanos, confrontando com o número de crimes praticados por brasileiros e buscando compreender a variação estatística de registro dessas ocorrências.
- Coletar as impressões das autoridades públicas, e também comunidade local, a respeito das políticas públicas até então adotadas e suas consequências práticas na rotina dos moradores do município de Pacaraima/RR e os conflitos sociais dela resultantes.
- Propor políticas públicas estaduais de segurança de forma a minimizar os conflitos sociais no município fronteiro de Pacaraima/RR, aumentando a sensação de segurança daquela comunidade.

HIPÓTESES DE TRABALHO/PERGUNTAS

- Como as políticas de segurança pública adotadas pelo governo de Roraima influenciaram nos índices de criminalidade no município de Pacaraima/RR?
- Quais os conflitos sociais gerados em Pacaraima, entre brasileiros e venezuelanos imigrantes, e sua relação como a política de segurança?
- Como o governo estadual pode amenizar essa realidade de conflito por meio de novas políticas de segurança?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O direito, como ciência socialmente aplicada, reconhece como verdadeiro brocardo jurídico latino que afirma que não existe sociedade sem direito e não existe direito sem sociedade, fato que destaca ainda mais a complementariedade desses dois ramos do saber

científico. Como regulador das relações sociais entre os indivíduos entre si, como também entre indivíduos e o Estado, o objetivo central da norma jurídica formal é evitar o conflito, e quando falhar nesse intento, dirimi-lo, mas em qualquer dos casos direcionado a uma aplicação social.

Assim, por ser a sociedade dinâmica nas suas relações sociais, são também dinâmicos o surgimento de novos conflitos e protagonistas. Algumas vezes o jurista irá se deparar com questões que ainda não contam com respostas previstas pelo direito positivo, momento em que as soluções para esse litígio deverão ser construídas como fruto da mediação, com a participação das instituições democráticas e da sociedade civil como um todo, em especial quando falamos de política de segurança pública. Deixando ainda mais clara a interdisciplinaridade entre direito e sociologia, Silva, Enio (2012) assim conceitua a última:

A Sociologia é uma ciência que estuda as relações sociais produtoras de sociabilidades humanas. Quando estas relações sociais se tornam tensas e as sociabilidades expressam-se de forma agressiva a ponto de atingirem a dignidade das pessoas é necessário uma abordagem mais objetiva para entender as dimensões dos fatos sociais ali emergentes. Estes esforços reflexivos são chamados de Sociologia da Conflitualidade e da Violência. (SILVA, Enio. 2012, p. 238 e 239)

Trazendo o ensinamento desse autor, para entender a tensão social violenta no município de Pacaraima, é necessária a análise da política pública de segurança adotada pelo governo estadual e seus resultados concretos durante os dois primeiros anos de agravamento da crise migratória, no período de 2016 a 2018, com o reflexo direito nos índices de criminalidade. Falando de conflito, Silva Enio (2012) esclarece:

Toda a violência é circular e emerge da explosão dos mecanismos que controlam os elementos agressivos da violência humana. Geralmente a violência é mais expressiva nas pessoas que perderam a esperança, já estão sem causa objetiva, sem razão histórica e são como representantes da miséria do mundo que zombam da tentativa das autoridades de querer impor a ordem sem atacar o que causa a desordem. (SILVA, Enio. 2012, p. 244)

Diante dessa afirmação, estariam as políticas públicas de segurança adotadas no estado de Roraima sendo negligente em não reconhecer o caráter sociológico do conflito no tocante a crise migratória no município fronteiro de Pacaraima/RR? Os índices de violência praticada por venezuelanos, no período de 2016 a 2018, em Pacaraima, teriam relação com as políticas públicas adotadas? Como conhecer, estudar e tratar essas causas de forma a sugerir políticas públicas mais efetivas na prevenção e combate ao crime gerador da grave insegurança hoje vivenciada pelos moradores daquele município?

Conforme nosso ordenamento jurídico constitucional, o direito de punir é monopólio exclusivo do Estado, sendo defeso a autotutela, como afirma Bonavides (2008, p. 70), no livro com o título Ciência Política: “O conceito de uma ordem jurídica legítima racionalizou, por sua vez, as regras concernentes à aplicação da força, monopolizada pelo Estado”. Diante disso, cabe ao Estado agir de forma preventiva ao conflito e, caso necessário, repressiva, com o uso legítimo da força, sendo vedado essa última opção ao cidadão, por meio da proibição da vingança privada. De igual forma, o próprio Estado é limitado pelos direitos fundamentais constitucionais no exercício de seu poder punitivo, pois também nas palavras de Bonavides (2008), agora em sua obra Teoria do Estado:

O substrato do Estado constitucional contemporâneo é possível visualizá-lo assim nos direitos fundamentais e na justiça e nos princípios. De seu conjunto se infere um valor supremo que governa a teleologia da Sociedade e do Direito, em derradeira instância: o princípio da dignidade da pessoa humana. (BONAVIDES, 2008, p. 51)

De forma complementar, (SILVA, Jose. 2008, p. 122), destaca que o princípio da segurança pública, previsto no art. 5º, XXXVI a VXXIII, da CF/88, também é missão do Estado Democrático de direito, e complementa “A tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social.” Diante disso, essas atribuições só poderão ser bem desempenhadas por meio de políticas públicas de segurança voltadas aos mandamentos constitucionais acima referidos.

Ao tratar das funções sociais do poder político, Neto (2008, p. 303) afasta qualquer dúvida de que o tema política pública seja tão afeto ao sociólogo como ao jurista, ao dizer: “A temática que ao sociólogo pertence é, então, a das funções do Estado. E essas funções, embora tenham variado no curso das idades, têm conservado um núcleo essencial que é a própria razão de ser do Estado – a organização social”.

Diante dessas evidências de que a política pública de segurança deve ser fruto da análise jurídica e sociológica, de forma integrada, buscando alternativas para os conflitos sociais na análise do resultado efetivo dessas políticas, no meio social, necessário o implemento da pesquisa para auxiliar na proposição de ações para minimizar os efeitos da crise migratória no município de Pacaraima no tocante a sensação de segurança de seus moradores.

ESTADO DA ARTE OU REVISÃO DA LITERATURA.

Com relação ao estado atual de desenvolvimento da temática relacionada ao presente projeto, em especial no que se refere a uma interdisciplinariedade entre a sociologia e o direito, observo que Caldeira (2000), faz uma análise sociológica do paulistano que, na busca por sensação de segurança, constroem muros físicos e psicológicos com relação àqueles que consideram perigosos. Esse estudo é bem próximo ao pretendido no presente projeto no que se refere a buscar a relação entre os ideais da política pública de segurança oficial e o que realmente é vivenciado e sentido pela comunidade submetida a ela.

Por sua vez, Zaluar (2007), em seu artigo “Democracia inacabada: fracasso da segurança pública”, após apresentar um contexto histórico e sociológico do aumento da criminalidade no Brasil, afirma que “a recuperação das polícias para fazê-las mais competentes está também em curso, sobretudo na Polícia Federal; todavia menos nas policiais civis e militares de cada Estado do país” (ZALUAR, 2007, p. 44), constatação esta que demonstra a necessidade de fazer com que essas políticas públicas voltadas a segurança cheguem a esfera estadual, com resultados possíveis de serem vivenciados pelas comunidades dos municípios do país, como a cidade de Pacaraima, na qual pretendemos desenvolver a pesquisa.

Referindo-se ao fenômeno, Balman (2012), por sua vez, reconhece a afirmação reiterada entre os especialistas que a segurança é mais uma sensação que uma realidade, sendo a insegurança moderna e suas manifestações caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Justamente esse o aspecto inicial a ser abordado com relação aos conflitos sociais vivenciados entre venezuelanos e brasileiros, na cidade fronteiriça de Pacaraima/RR.

Por todos esses fatores, suficientemente demonstrada a necessidade de cooperação metodológica entre as ciências da sociologia e do direito, em especial para o presente projeto, salutar a integração entre as ciências para análise das políticas públicas de segurança e seus reflexos nos conflitos sociais em Pacaraima/RR. Quanto a isso destaca Geertz (2004), reafirma essa ideia quando afirma que “A explosão dos fatos, o temor aos fatos, e, em resposta a essas ocorrências, a esterilização dos fatos, confundem cada vez mais, tanto a prática do direito quanto as reflexões que sobre ele se façam” (GEERTZ, 2004, p. 254), referindo-se a natureza dos fatos como antropológica e as convenções sociais dele resultantes como manifestação do direito. Nesse mesmo contexto, o citado autor afirma ser necessário “um ir e vir hermenêutico entre os dois campos, olhando primeiramente em uma direção, depois em outra, a fim de

formular as questões morais, políticas e intelectuais que são importantes para ambos”. (GEERTZ, 2004, p. 253).

Arendt (1994), em sua obra “Sobre a violência”, já reconheceu que “a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação de poder” (ARENDR, 2004, p. 31), seja ela legítima ou ilegítima. Daí a análise da relação das políticas de segurança pública, o que também foi estudado de forma específica com relação aos crimes tipicamente fronteiriços pelo professor Hirata (2015), em seu artigo denominado “Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do ‘Arco Norte’”, quando afirmou que “Do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, um dos ‘problemas’ associados às fronteiras vem ganhando proeminência nas últimas décadas é a segurança pública” (HIRATA, 2015, p. 01).

Além dos citados autores, no âmbito amazônico já forma produzidos importantes trabalhos relacionados a crise migratória da Venezuela e seus impactos em Roraima, como o de Baeninger (2018), com trabalho publicado pelo “Núcleo de Estudos de População ‘Elza Bequió’”, da UNICAMP, que contextualiza bem o tema sob o aspecto social.

Além disso há farto material levantado pela dissertação de mestrado no programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, intitulada “O papel do exército brasileiro frente à crise migratória venezuelana no Estado de Roraima: considerações sobre as operações ‘acolhida’, ‘controle’ e ‘tucuxi’, no qual DUARTE (2019) dedica um subcapítulo para tratar do município de Pacaraima, mesmo que de forma sucinta, mas que contextualiza a crise migratória sob o ponto de vista da ação humanitária.

Somado a isso existem relatórios e análises das organizações governamentais e não governamentais no que se refere ao contexto da crise migratória venezuelana, sendo necessária o estabelecimento da relação das políticas públicas de segurança e os conflitos sociais dela resultantes, restando dar a eles como foco política de segurança pública no município de Pacaraima/RR, como delimitado no presente projeto.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A metodologia adotada será amparada em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como bem reconhece Gil (2017, p. 29) “A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais” e, na presente pesquisa será centrada na análise de

processos judiciais e investigações policiais, a fim de verificar as ações ajuizadas pelo governo de Roraima a respeito da crise migratória, buscando ressarcimento quanto ao aumento dos custos dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, ainda tentando sem sucesso autorização judicial para fechamento da fronteira, além de examinar as estatísticas criminais oficiais.

Também serão analisados os procedimentos criminais registrados pela Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima, em investigações afetas a crimes da competência da justiça estadual, esclarecendo que o município de Pacaraima também conta com uma Delegacia da Polícia Federal, que apura os crimes da competência da justiça federal e tipicamente de fronteira ocorridos no município.

A pesquisa bibliográfica, que para Gil (2017, p. 28) tem o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho como identificar o “estágio atual do conhecimento referente ao tema”, é essencial para que seja retomado o referencial teórico do presente projeto, buscando os conceitos e aporte para solidificar a demonstração da situação fática apresentada, além de outros elementos e autores indicados pelo orientador e propostos pelas disciplinas do programa, de forma utilizar o cabedal teórico das ciências sociais e jurídicas de forma integrada.

Com relação à pesquisa de campo, esta terá caráter qualitativo, utilizando para coleta e comparação dos dados obtidos por meio de entrevista com as autoridades envolvidas nas políticas públicas de segurança, e também na população local, com relação aos crimes praticado por venezuelanos, no município de Pacaraima/RR, no período de 2016 a 2018, e a sensação de insegurança dele resultantes, buscando entender o fenômeno social desencadeado pelo conflito, indicando alternativas de minimização do problema. A originalidade da pesquisa consiste justamente nesse confronto entre o que deveria ser, conforme as políticas governamentais, com o que realmente é sentido pelos atores sociais, como reconhece Mingard (2013):

Com relação ao registro dos delitos, há dois tipos de fontes de informação: a) fontes policiais; e b) fonte da saúde, para os casos de mortes. Em nenhum estado brasileiro é realizada pesquisa de opinião pública anual para avaliar a magnitude e evolução da violência, como ocorre em outros países. (MINGARDI, 2013, p. 15).

Quanto ao método de abordagem, conceituado por Andrade (2016, p. 130) como sendo “o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos”, em especial na

pesquisa de campo de viés essencialmente sociológico, será utilizado o método indutivo, partindo das constatações particulares para se chegar a “teorias e leis gerais”. (ANDRADE, 2016, p. 131).

Durante a execução do projeto, pretende-se também a realização de eventos científicos e publicação de artigos em revistas especializadas de forma contínua para enriquecer a discussão acadêmica, coletando observações e novos dados, de forma a fomentar a pesquisa, agregando pesquisadores de diversas áreas sobre temas correlatos, em especial na seara jurídica e estudos sociológicos, como garantia da mais ampla discussão científica sobre o tema proposto.

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Etapas da Pesquisa	Período							
	2020		2021		2022		2023	
	1 ^o Sem.	2 ^o Sem.						
Coleta de Material: fontes e bibliografia	X	X						
Elaboração do projeto de tese	X	X	X	X				
Encontros com o orientador			X	X	X	X	X	
Participação em eventos acadêmicos		X		X		X		X
Publicação de Trabalhos	X		X		X		X	
Participação em Grupo de Pesquisa		X	X	X	X	X	X	
Processo de qualificação				X				
Desenvolvimento da Pesquisa				X	X	X	X	

Redação da Tese				X	X	X	X	
Conclusão e Defesa da Tese								X

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BAENINGER, Rosana, et al. **Migrações Venezuelanas**. Campinas/SP: Nepo/Unicamp, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em 08 out. 2019.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012, edição digital. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4561096/mod_resource/content/1/Confianca e Medo na Cidade - Zigmunt Bauman.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4561096/mod_resource/content/1/Confianca_e_Medo_na_Cidade_-_Zigmunt_Bauman.pdf). Acesso em 08 out. 2019.

BBC BRASIL: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acesso em 29 set. 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. **Relatório da Casa Civil da Presidência da República**. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/20180621_relatorio-trimestral-final-consolidado.pdf. Acesso em 30 set. 2019.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

DUARTE, Álvaro. **O papel do exército brasileiro frente à crise migratória venezuelana no Estado de Roraima: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi”**. Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Gt9ltT8Uxo7atuc9JWAwpz583xLGyAKw>. Acesso em 08 out. 2019.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEONAUTA. **Imigração Venezuelana para o Brasil**. Levon Boligian e Andressa Alves Boligian. Disponível em: <http://geonauta.com.br/aconteceu-virou-aula/imigracao-venezuelana-para-o-brasil/265>. Acesso em 07 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

HIRATA, Daniel. **Segurança pública e fronteira: apontamentos a partir do “Arco Norte”**. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200011. Acesso em 08 out. 2019.

MINGARDI, Guaracy. **Política de segurança: os desafios de uma reforma.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

NETO, Machado. LUÍS, Antônio. **Sociologia Jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia Jurídica.** Ijuí: Unijuí. 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras a Amazônia brasileira.** Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2009.

ZALUAR, Alba. **Democracia inacabada: fracasso da segurança pública.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972073_Democratizacao_inacabada_Fracasso_da_seguranca_publica. Acesso em 08 out. 2019.

BIBLIOGRAFIA BASICA:

BALMAN, Zygmunt. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Segurança pública: prioridade nacional.** Brasília: Câmara dos Deputados: 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/seguranca-publica-prioridade-nacional>. Acesso em 09 out. 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo.** Tradução de Cibele Saliba Rizek. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GREENE, Jack R. **Administração do Trabalho Policial: Questões e Análises.** Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

GUERRA, Signey. **Direitos Humanos: curso elementar.** São Paulo: Saraiva, 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito.** Tradução Pietro Nassenti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LIMA, Renato Sérgio de. PAULA, Liliana de. **Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTESQUIEU, Charles. **O espírito das leis**. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

ROUSSEAU, Jan-Jaques. **Do contrato social**. Tradução Pietro Nassenti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas políticas de segurança pública**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747.pdf>. Acesso em 09 out. 2019.